



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE AGOSTO DE 1997

Senhores Ministros de Estado; Senhores Oficiais-Generais; Senhoras e Senhores,

Ao dirigir-me, pela primeira vez, aos almirantes, generais e brigadeiros promovidos por mim, em abril de 1995, apontei-lhes as quatro áreas prioritárias do emprego da expressão militar no poder nacional brasileiro, a saber: a manutenção da integridade do território e dos poderes constitucionais; a participação, no exterior, em operações de paz; a realização de ações complementares no quadro da política governamental; e o apoio episódico às atividades de segurança pública, como ocorreu, ainda recentemente, de forma exemplar.

Hoje, quando volto a receber mais este seleta grupo, considero oportuno voltar a enfatizar o meu entendimento daquilo que as Forças Armadas devem estar em condições de responder perante a Nação.

Num mundo que busca a paz, o papel das Forças Armadas pode até parecer secundário. No entanto, a realidade requer que, dentro das possibilidades e necessidades do País, exista o braço armado, seja para exercer o papel dissuasório contra eventuais ameaças, seja para atender aos nossos compromissos internacionais, como vetor da nossa política externa.

Em novembro de 1996, eu aprovei a política de Defesa Nacional, proposta pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Fruto de uma análise detalhada dos quadros nacional e internacional nos dias atuais e de cenários a médio prazo, concluiu-se que essa política deveria centrar-se numa estratégia de dissuasão e de caráter defensivo, baseada nas seguintes premissas: fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente, estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional, rejeição à guerra de conquista e busca de solução pacífica de controvérsia, com o uso da força somente como recurso de autodefesa.

Dentro dessa moldura, valorizamos a ação diplomática como instrumento básico de solução de conflitos, não deixando de reconhecer a necessidade de se dispor de uma estrutura militar com eficaz credibilidade dissuasória. Para tanto, há que se cuidar da paulatina modernização da capacidade de autoproteção. Capacitação essa que depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia e reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais.

Essa modernização, não obstante, está sujeita à própria compatibilização das prioridades, nos campos político, social e econômico, com as necessidades de defesa. Nesse árduo processo, conto com reconhecido espírito profissional de todos aqueles que compõem as instituições militares que comando, os quais, a despeito de restrições impostas por uma conjuntura que ainda lhes é diversa, mantêm incólumes a vocação, que é quase um sacerdócio, a exemplar disciplina, o adestramento, o zelo com o patrimônio sob a responsabilidade de suas organizações e o cuidado em bem gerir os recursos disponíveis.

A Nação investe nos senhores promovendo-os, com o pensamento voltado para o que ainda podem produzir para o futuro das Forças Armadas e do próprio país. Nos senhores repousa a confiança do País, de que as Forças Armadas continuarão a se constituir em exemplo de moralidade, de idealismo e de patriotismo.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar os senhores almirantes, generais e brigadeiros, por fazerem parte do nível hierárqui-

co responsável, não apenas pelo domínio da arte militar, mas, também, pela sintonia com os valores e as aspirações da sociedade nacional.

Antes de concluir, gostaria de acrescentar que esses valores e essas aspirações se tornam, hoje, mais nítidas do que nunca, porque, diante do processo de democratização crescente da sociedade, não me refiro

às instituições políticas, do grau de informação também crescente que existe no nosso país, cada vez mais a própria população, o próprio povo desenha os destinos do País. As aspirações, hoje, não são aspirações do Presidente da República. Não são aspirações do Estado. São aspirações, realmente, da Nação. São aspirações nacionais.

E, na medida em que, como mandatário do povo brasileiro, exerço a Presidência da República, em nenhum momento deixo de ter presente que isso é uma delegação. E que a vontade presidencial só se legitima, na medida em que, dando continuidade ao que as urnas disseram, continue a ser a expressão dessa vontade nacional, da qual os senhores são parte, e parte muito importante.

Quero, portanto, ao finalizar, saudá-los uma vez mais, saudar as dignas famílias e comemorar a promoção que hoje, nós aqui, de público, simbolizamos. E desejo que tenham sorte e sejam muito felizes.

Muito obrigado aos senhores.